TRIBUNAL
DE CONTAS
DO ESTADO
DO PIAUÍ

Informativo para efeito de cumprimento às Res. TCE-PI N° 904 e 905, de 22/10/2009.

P. M. DE CURRAIS

Processo: TC-N-007111/16

Num. Processo Administrativo
214/2016

Num. Procedimento
019/2016

Exercício
2016

Data de Publicação
09/03/2016

Abertura do Procedimento
28/03/2016

Modalidade
Tomada de Preço

Tipo
Menor Preço

Regime
Empreitada Global

Informações Complementares
Outros

Objeto

Locação de veículos tipo pessoa física, conforme especificações constantes do termo de referência, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Currais e suas Secretarias no exercício de 2016, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Valor Previsto
505.000,00

Fonte de Recurso
FPM, ICMS, FMS, PAB, FUS, IGD E ARRECADAÇÃO PRÓPRIA.

Observação

Impresso em: 23/03/2016 13:37

Aviso de Licitação

O Município de Currais – PI, torna público aos interessados a realização da TOMADA DE PREÇO **nº 019/2016.**

Objeto: **Locação de veículos conforme especificações constantes do termo de referência, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Currais e suas Secretarias no exercício de 2016, sob o regime de empreitada por preço unitário.**

Edital Disponível: de 08/03/2016 a 28/03/2015 das 7h às 13:00h.

Endereço: Comissão Permanente de Licitação, sede da Prefeitura, Praça da Igreja, s/n – Currais/PI.

Abertura da Proposta: 28/03/2016 às 08:00h.

Currais – PI, 08 de março de 2016.

Adriana Sousa dos santos – Presidente da CPL – Currais.

Contiata

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: 89-3573-1285 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 21/03/2016 às 08:30h. OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de bases de caixa d'água, para atender demanda dessa municipalidade. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO REPETIÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em 21/03/2016 às 10 h. OBJETO: Locação de 01 (um) veículo automotor (com características especificadas no anexo 01 do edital), com no máximo 30 mil quilômetros rodados Secretaria Municipal do Trabalho e Cidadania. FONTE DE RECURSO: PRÓPRIO/FMAS/OUTROS. VALOR MENSAL ESTIMADO: R$ 4.000,00. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 21/03/2016 às 11:30h. OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de fornecimento de refeições para atender as necessidades dessa municipalidade. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 22/03/2016 às 08:30h. OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de Combustível, derivados do petróleo e gás de cozinha para atender as necessidades dessa municipalidade. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: 89-3573-1285 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em 22/03/2016 às 10 horas. OBJETO: Contratação de pessoal Jurídica para prestação de serviços de manutenção permanente do Cemitério Municipal de Corrente. Valor Mensal Estimado: R$ 1.000,00. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

Corrente - PI, 08 de março de 2016.
Mússio Antônio Duailibe Nogueira
Presidente/Pregoeiro da CLP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: 89-3573-1285 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da CLP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2016, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em 22/03/2016 às 11:30h. OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de Cimento para atender as necessidades dessa municipalidade. Maiores informações estão disponíveis no Edital: Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

Corrente - PI, 08 de março de 2016.
Mússio Antônio Duailibe Nogueira
Presidente/Pregoeiro da CLP.

Prefeitura de Currais

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

O Município de Currais – PI, torna público aos interessados a realização da **TOMADA DE PREÇOS nº 018/2016.**

Objeto: Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes para todas as Secretarias do Município de Currais-PI.

Edital Disponível: de 07/03/2016 a 23/03/2016 das 7h às 13:00h.

Endereço: Comissão Permanente de Licitação, sede da Prefeitura, Praça da Igreja, s/n – Currais/PI.

Abertura da Proposta: 23/03/2016 às 08:00h.

Currais – PI, 07 de março de 2016.

Adriana Sousa dos Santos – Presidente da CPL – Currais.

Prefeitura de Currais

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

O Município de Currais – PI, torna público aos interessados a realização da TOMADA DE PREÇO **nº 019/2016.**

Objeto: Locação de veículos conforme especificações constantes do termo de referência, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Currais e suas Secretarias no exercício de 2016, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Edital Disponível: de 08/03/2016 a 28/03/2015 das 7h às 13:00h.

Endereço: Comissão Permanente de Licitação, sede da Prefeitura, Praça da Igreja, s/n – Currais/PI.

Abertura da Proposta: 08/03/2016 às 08:00h.

Currais – PI, 08 de março de 2016.

Adriana Sousa dos santos – Presidente da CPL – Currais.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 019/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 214/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS (PI), através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria N.º 001/2015, da Exmo. Sr. Prefeito Municipal, torna público e leva ao conhecimento das empresas especializadas, que foi aberto processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO,** tipo menor preço global, de acordo com o que determina a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores. A abertura do certame se dará na data de 28 de março de 2016, às 08:00h, na Prefeitura Municipal de Currais (PI), na Praça da Igreja,s/n, Currais (PI).

As normas reguladoras do mencionado processo licitatório encontram-se afixados no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS e suas cópias estão à disposição de quaisquer empresas que deseja obtê-las, gratuitamente, perante a Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS.

Integra este EDITAL, independente de transcrição:

Anexo I - Minuta de Contrato.
Anexo II - Termo de Referência
Anexo III - Declaração de que não Emprega Menores
Anexo IV – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente LICITAÇÃO tem por objeto **Locação de veículos tipo pessoa física, conforme especificações constantes do termo de referência, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Currais e suas Secretarias no exercício de 2016, sob o regime de empreitada por preço unitário.**

2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar da presente LICITAÇÃO pessoa física devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta**, observada a necessária qualificação.

2.1. Não serão admitidas nesta LICITAÇÃO pessoa física suspensas ou impedidas de licitar com qualquer órgão/entidade da Prefeitura Municipal de Currais (PI).

2.2. É vedada a participação direta ou indiretamente de Servidor ou dirigente de órgão ou entidade responsável pela licitação. (Art.9º, Inciso III e seus parágrafos).

2.3. As empresas participantes podem ser representadas no processo licitatório por procurador legalmente habilitado, desde que seja exibido o original ou cópia autêntica do instrumento procuratório público ou particular, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes ou apresentá-lo dentro do envelope de Habilitação. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

2.4. Para que possam se manifestar eficazmente, os concorrentes ou seus representantes legais que se fizerem presentes na data, hora e local para a abertura da TOMADA DE PREÇO, deverão estar devidamente credenciados.

2.5. Não poderão concorrer:
I. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua formação de constituição;
II. Pessoa Jurídica em regime de concordata;
III. Pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta, Indireta, da União, Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, que esteja com o direito de licitar suspenso, perante a Prefeitura Municipal;
IV. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, Responsáveis Técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais sub-contratados figure que seja ocupante de cargo ou emprego na Administração da Prefeitura Municipal de Currais.

3 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01):

As empresas ou pessoas físicas licitantes deverão apresentar na data, hora e local previsto no preâmbulo desta TOMADA DE PREÇO os documentos relacionados a seguir: (em envelope fechado).

3.1 – Pessoa Física

I - Cédula de identidade (Pessoa Física);
II- CPF
III- Comprovante de endereço
IV- Documentação do Veículo

3.2 – Pessoa Jurídica

I - registro comercial, no caso de empresa individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

VI - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VII - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos) Estadual (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos) Municipal (Certidão Negativa de Débitos) do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

VIII - Certificado de Regularidade de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedido pela CEF, em plena validade, conforme Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IX – Certificado de regularidade com o INSS, em plena validade, expedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social em conformidade com a Lei nº 8.212/91;

X – Declaração, assinada por quem de direito, de que a licitante não emprega menores de dezoito anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (Em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei n.º 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inc. V do art. 13 do Decreto n.º 3.555/2002 - Anexo – III).

XI – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, nos termos do modelo constante do Anexo – IV.

XII – Certidão NEGATIVA de Falência e Concordata – com emissão não menos de 90 (noventa) dias.

XIII – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

§ 1º As empresas recém-constituídas deverão comprovar a exigência contida no item 3.7, mediante apresentação do Balanço de Abertura.

IX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).

X – Certificado de Registro Cadastral – CRC, ou comprovação de habilitação em até três dias antes da abertura das propostas.

4 – PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº 02):

4.1. As propostas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas em envelopes fechados, em formulário personalizado da licitante, contendo a assinatura do seu representante legal, com indicação do conteúdo (proposta), no dia e hora fixados neste Edital, observando o seguinte:

a) **ser datilografado ou impresso por qualquer meio eletrônico (exceto fax), com clareza;**
b) **ter assinada a última folha e rubricadas as demais;**
c) **especificar o material oferecido de forma clara, com indicação de marca;**
d) **consignar o preço em algarismos e por extenso em Reais;**
e) **consignar a razão social, endereço e CNPJ da licitante;**
f) **fazer constar o prazo de entrega imediata após a solicitação da Prefeitura a contar da assinatura do Contrato;**
g) **declarar estar ciente e de acordo com as exigências deste Edital;**
h) **declarar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data prevista para a abertura dos envelopes de proposta, mesmo que essa reunião vier a ser alterada.**
i) **deverão ser computados nos preços, todos os tributos incidentes sobre os material(is) a ser(em) fornecido(s), bem como, o custo de transporte a ser utilizado em razão da entrega, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da Empresa fornecedora.**
j) **Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas condições estabelecidas neste Edital/Anexo(s).**
k) **Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões ou retificações nas propostas depois de apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente a aceito pela Comissão Permanente de Licitação.**

Os envelopes "Documentos" e "Proposta Comercial" deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação no dia, hora e local designados nesta Tomada de Preço, devidamente fechados por cola ou lacre e rubricada no fecho com as seguintes descrições:

5) Envelope contendo documentação de habilitação:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS.
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2016
EMPRESA:_____
ENVELOPE Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO)

b) Envelope contendo a Proposta Comercial

5 – DA REUNIÃO:

As empresas ou pessoas físicas licitantes, no dia, hora e local fixado nesta TOMADA DE PREÇO, deverão entregar sua Documentação e Proposta de Preços em envelopes distintos e fechados.

5.1. É vedada, após o recebimento dos envelopes, a inclusão de informações ou documentos que deveriam constar originariamente nos mesmos.

5.2. Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimentos dos envelopes, nenhum outro será aceito.

5.3. Abertos os envelopes contendo a documentação, esta será conferida e rubricada pelos membros da Comissão e pelos licitantes ou por delegados designados para tal fim.

5.4. Da(s) reunião(ões) para recebimento e abertura dos documentos da habilitação e abertura das propostas será(ão) lavrada(s) Ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) serão consignadas todas as licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, que serão assinadas pela Comissão e por todos os licitantes presentes.

5.5. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, posteriormente, nova data e horário em que será apresentado o resultado da habilitação, procedendo à publicação no Quadro de Avisos desta Prefeitura.

5.6. Ocorrendo interrupções, os envelopes contendo as propostas de preços serão acondicionados em envelope, lacrado e rubricado pelos membros e licitantes presentes, ficando sob a guarda da CPL.

5.7. Concluída a fase de habilitação e, desde que não exista qualquer impugnação ou recurso pendente de julgamento, bem como, se todos os licitantes participantes, manifestarem desistência expressa, de interpor recurso, intenção esta que deverá constar da Ata a ser lavrada e assinada por todos os representantes legais, proceder-se-á a imediata abertura das propostas dos licitantes habilitados, senda as mesmas rubricadas, por todos os credenciados e membros da Comissão.

5.8.Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos mesmos o prazo de até 08 (oito) dias úteis para apresentação da nova documentação, escoimada das causas que geraram a inabilitação.

6 - DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Somente as licitantes habilitadas passarão à próxima fase, ou seja, a de abertura das propostas.

6.2. Serão devolvidos às licitantes inabilitadas, os envelopes de Proposta de Preços fechados, mediante recibo, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

6.3. Todas as propostas serão rubricadas pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes suspendendo-se a reunião a fim de que a Comissão Permanente de Licitação tenha melhores condições de analisar as propostas de preços.

6.4. É vedada a retirada das propostas após abertura dos envelopes a elas correspondentes, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6.5. No julgamento das propostas, atendidos todos os requisitos prescritos no item 4 – PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº 02), desse Tomada de Preço, levar-se-á em conta o menor preço unitário.

6.6. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, sendo que o não comparecimento de qualquer licitante à reunião marcada para o sorteio não impedirá que ela se realize.

6.7. Não poderá ser alterado o teor da proposta oferecida, seja quanto a preço, prazo ou qualquer outra condição.

6.8. Será desclassificada a proposta que:

I – Omitir ou descumprir qualquer das exigências estabelecidas nesta Licitação e seus Anexos, ou contiverem qualquer oferta de vantagem não prevista, inclusive financiamentos subsidiados ou fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração.

6.9. Verificando-se divergências entre o preço unitário e o total de cada item ou entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá, na primeira hipótese, o preço unitário e na segunda, o valor por extenso, vedado à fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência.

7. – Após o encerramento do certame, caso haja microempresa (ME) empresa de pequeno porte (EPP) e o Micro empreendedor Individual(MEI)que tenha apresentado proposta com valor de até 10 % (dez por cento) superior ao licitante que apresentou lance mais vantajoso, **e desde que aquela não se enquadre como MEI, ME e EPP**, ser-lhe-á dada a oportunidade de, durante a sessão para apresentar nova proposta, que deverá ser inferior àquela considerada mais vantajosa, situação em passará à condição de primeira classificada do certame, no termo da Lei Municipal 001/2010.

7.1 – O direito para apresentação de proposta será dado inicialmente à micro ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, respeitado o limite dos 10%(dez por cento). Se a beneficiária da ordem não exercer o seu direito de preferência, deverá ser convocada outra empresa em condições de empate, na ordem de classificação, para exercício do direito de que trata a Lei Municipal nº. 001/2010.

7.2. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas exclusivamente das causas que geraram a desclassificação.

7.3. O resultado do julgamento será afixado no QUADRO DE AVISOS desta Prefeitura e o aviso desse resultado publicado no Diário Oficial dos Municípios.

7.4. A deliberação da Comissão Permanente de Licitação ficará sujeita à homologação do Prefeito Municipal, que poderá revogar total ou parcial à presente TOMADA DE PREÇO, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiro, não cabendo ao licitante direito a indenização, exceto quanto ao disposto no art. 59 da Lei 8.666/93.

7 - DO RECURSO:

O (s) recurso (s) deverá (ão) ser apresentado(s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da lavratura da ata ou publicação no Diário Oficial dos Municípios, em papel timbrado da licitante, assinados pelo representante legal e serão dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da Comissão, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, à autoridade superior, que proferirá sua decisão no quinquídio subsequente ao recebimento, devendo ser entregues contra recibo na Comissão de Licitação.

7.2. Somente poderá recorrer ou impugnar recurso, o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante.

7.3. Os recursos interpostos contra atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação quando da habilitação ou inabilitação dos licitantes, assim como do julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser entregues contra recibo na Comissão de Licitação, e conter obrigatoriamente sob pena de não serem conhecidos:

a) nome e endereço da licitante;

b) data e assinatura, esta com a menção do cargo e nome do signatário;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido;

e) instrumento público ou particular de procuração (com firma reconhecida) ou Contrato Social, que credencie o peticionário.

7.4. Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará na Secretaria da Comissão, onde as licitantes poderão obter vista dos autos.

7.5. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de conformidade com o artigo 109, § 6º da Lei n.º 8.666/93.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. Decairá do direito de impugnar os termos do edital da TOMADA DE PREÇO perante a Administração o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com propostas.

7.8. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar de processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.9. Para contagem do prazo de interposição de recurso (art. 109, da Lei n.º 8.666/93), será considerado o dia inicial o seguinte ao da lavratura da ata na qual tenha sido registrado o aviso respectivo ou da sua publicação no Diário Oficial do Município, incluindo-se o dia de vencimento.

8 - DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato/Nota de Empenho a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 0,6% ao dia sobre o valor do(s) material(is) por dia de atraso, até o limite de 10% (porcento), em que sem justa causa, não cumprir os prazos fixados no cronograma aprovado pela Prefeitura;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no subitem anterior;

V - as sanções previstas nos subitens I, III e IV, deste item, poderão ser aplicadas juntamente com o subitem II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

VI - a sanção estabelecida no subitem IV, deste item, é de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Currais, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (anos) de sua aplicação.

VII - se o valor da multa não for recolhido pela contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente;

VIII - à licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato/receber a Nota de Empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar a aceitar o Contrato/Nota de Empenho as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

9 - DA FONTE DE RECURSOS:

9.1. Os recursos financeiros para pagamento do (s) material (is), objeto desta TOMADA DE PREÇO, correrão à conta do (a) **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:
26.782.0069.2.019 - Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
04.122.0004.2006– Manutenção da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento

12.361.0049.2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
10.301.0004.2.044 – Manutenção da Secretaria de Saúde
08.122.0004.2.055 – Manutenção da Sec. Mun. de Assistência social.
18.122.0004.2.070 – Manutenção Secr. Meio Ambiente
20.605.0032.2.018 – Manutenção Secr. Desenvolvimento Rural
04.122.0004.2.071 – Manutenção Secr. Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo
Fonte de Recurso: FPM, ICMS, FMS, PAB, FUS, IGD E ARRECADAÇÃO PRÓPRIA.

10 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h (oito horas) às 12:00 (doze horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no prédio da Prefeitura Municipal de Currais, na Praça da Igreja, S/N, Centro, neste Município, até a data de 28 de março 2016, prazo em que se encerra a retirada do instrumento e seus anexos.

11 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços deverão ser prestados imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço por parte da Prefeitura Municipal de Currais.

11.1. Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste edital.

11.2. A Licitante Vencedora arcará com todas as despesas relativas a manutenção e conserto dos veículos.

11.3 – Emitida a Ordem de Serviço, terá a CONTRATADA o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para iniciar a prestação, ressalvados os casos plenamente justificáveis.

11.4 – Homologada a presente licitação, a CONTRATADA deverá assinar o contrato em ate 5 (cinco) dias úteis.

12 – DO PAGAMENTO:

O(s) pagamento(s) ao(s) vencedor(es) será(ão) efetuado(s) mediante crédito em conta corrente através de Ordem de Pagamento, à vista de fatura(s) apresentada(s), devidamente atestadas e visada(s) pela Prefeitura Municipal de Currais.

12.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

13 – DO REAJUSTE:

Os serviços a serem contratados, de acordo com a legislação vigente, não sofrerão reajustamentos.

14 – DA VIGÊNCIA:

14.1 – O contrato terá vigência durante todo o exercício de 2016.

14.2- Em caráter excepcional, devidamente justificado, e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado nos autos.

15 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

15.1 – A LICITAÇÃO poderá ser revogada por razões de interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, e justificada tal conduta, ou deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, conforme art. 49 c.c art 59 da Lei 8.666/93.

15.2 – Ocorrendo qualquer das hipóteses desta cláusula, a Comissão Permanente de Licitação fará publicar a respectiva comunicação no Diário Oficial dos Municípios, para ciência dos interessados.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS:

16.1. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriunda desta Tomada de Preço será dirigido à autoridade responsável pela emissão da mesma a quem caberá o deferimento ou não do pedido, atendidas as hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

16.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens poderá a Comissão Permanente de Licitação, fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

16.3 A (s) licitante (s) vencedora (s) ficará (ão) obrigada (s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local indicado na mesma, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas.

16.4 A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

16.5. A licitante contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que haja a fiscalização ou o acompanhamento pelos contratantes.

16.6. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

16.7. A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material e ou serviço objeto deste Edital, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das propostas.

16.08. As dúvidas referentes ao presente Edital poderão ser esclarecidas na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Currais. Não será aceita quaisquer documentos, pedido de esclarecimento, recursos ou impugnações via Fax.

16.09 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, consoante as disposições da Lei Nº8.666/93 e suas alterações.

CURRAIS (PI) _____de_____ de 2016.

Adriana Sousa dos Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Alex Sousa Oliveira
Membro

Agildo Medeiros de Sousa
Membro

Visto: _____
Raimundo de Sousa Santos
Prefeito Municipal de Currais

ANEXO I

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
TOMADA DE PREÇO DE Nº019/ 2016

1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto **Locação de veículos tipo pessoa física, conforme especificações constantes do termo de referência, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Currais e suas Secretarias no exercício de 2016, sob o regime de empreitada por preço unitário.**

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Tal Contratação se justifica pelo fato da PMC não possuir veículos suficientes para atender toda a demanda, fazendo-se necessária a locação.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. A presente licitação está fundamentada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

4. DA VIGÊNCIA:

4.1. O contrato vigorará por todo o exercício de 2016, podendo ser aditado nos termos da lei nº 8.666/93.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1. Os serviços serão executados pelo Regime de Execução Indireta, por preço unitário.
5.2. As despesas referentes a manutenção e conserto dos veículos locados, serão de responsabilidade **exclusiva** da CONTRATADA.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas com a presente licitação correrão à conta dos recursos do Município de Currais, para o exercício de 2016 e seguintes, sob a seguinte classificação:

26.782.0069.2.019 - Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
04.122.0004.2006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento
12.361.0049.2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
10.301.0004.2.044 – Manutenção da Secretaria de Saúde
08.122.0004.2.055 – Manutenção da Sec. Mun. de Assistência social.
18.122.0004.2.070 – Manutenção Secr. Meio Ambiente
20.605.0032.2.018 – Manutenção Secr. Desenvolvimento Rural
04.122.0004.2.071 – Manutenção Secr. Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo

Fonte de Recurso: FPM, ICMS, FMS, PAB, FUS, IGD E ARRECADAÇÃO PRÓPRIA.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias a partir da entrega da nota fiscal, em moeda nacional, por meio de cheque nominal ou transferência eletrônica à firma contratada.

Parágrafo Primeiro – No ato do pagamento a licitante vencedora deverá apresentar provas de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e INSS.

Parágrafo Segundo – O pagamento à licitante vencedora do certame somente será efetuado após a realização dos serviços em pauta, mediante apresentação de notas fiscais e aceite expresso do representante do Município de currais.

7.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, entregue no Protocolo PMC.

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta.

7.3. A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nessa situação, o prazo estabelecido no subitem 7.1 acima passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.

7.4 Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta corrente, devendo o CONTRATADO informar o número, da agência e conta bancária na solicitação de pagamento.

7.5. A(s) nota(s) de empenho deverá(ão) ser retirada(s) em até 05 (cinco) dias úteis após a notificação.

7.6. Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93, com a redação da Lei 9.032/95, serão observados por ocasião de cada pagamento as disposições do artigo 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, da Lei 9.711/98 e orientações vigentes expedidas pelo INSS, em especial a O.S. nº 209-INSS/DAF, de 20/05/99.

8. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

À CONTRATANTE, reserva-se o direito de aumentar ou reduzir o valor inicial atualizado do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento), previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem que dessa decisão caiba, às licitantes, direito a qualquer indenização.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1) Realizar os serviços ora mencionados de acordo com o especificado neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

9.2) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo;

9.3) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

9.4) Assumir integralmente a responsabilidade pela bom estado dos materiais pedidos, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do processo, conforme artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.5) Manter, durante toda a execução do contrato, pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.6) Obedecer rigorosamente à programação de execução, especificadas no instrumento contratual;

9.7) Permitir a fiscalização dos materiais por parte da PMC, sem qualquer embaraço;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Proporcionar todas as condições para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações;

10.2. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados, conforme estipulado no contrato;

10.3. Comunicar, com no mínimo 24 horas de antecedência, à CONTRATADA, a necessidade de serviço excepcional, sempre que houver necessidades dos mesmos;

10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.5. Fiscalizar a execução do contrato, apontando os vícios e defeitos, determinando, assim, a correção dos serviços tidos por defeituosos ou ineficientes.

11. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

11.1. A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS, especialmente designado, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega, para fins de pagamento.

11.2. A presença da fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

12. ESTIMATIVA DA DESPESA:

12.1. A despesa referente aos serviços os quais se pretende adquirir está estimada em **R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil)**, que corresponde à soma dos valores com a quantidade de veículos, discriminados abaixo, obtido por meio de pesquisa de mercado em estabelecimentos locais:

Objeto: Locação de veículos para transporte de alunos e outros para a cidade de Currais-PI.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO 12 MESES
LOTE I	
UM VEÍCULO, COM CAPACIDADE ATÉ 1.000KG, PARA TRANSPORTE DE MERENDAS ESCOLARES NO TERÇADO.ESTIMATIVA DE RODAGEM DE 160KM DIÁRIO CADA.	R$ 60.000,00
LOTE II	
UM VEÍCULO, TIPO MICRO ÔNIBUS, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS NA LOCALIDADE LARANJEIRA. ESTIMATIVA DE RODAGEM DE 120KM DIÁRIO.	R$ 50.000,00
LOTE III	
UM VEÍCULO, PARA TRANSPORTE DE MERENDA ESCOLAR NA LOCALIDADE CORRENTINHO ESTIMATIVA DE KILOMETRAGEM LIVRE.	R$ 70.000,00
LOTE IV	
UM VEÍCULO, PARA TRANSPORTE E MATERIAIS DIVERSOS NA LOCALIDADE CORRENTINHO ESTIMATIVA DE RODAGEM DE 180KM DIÁRIO.	R$ 45.000,00
LOTE V	
UMA COMINHONETE 4X4 QUILOMETRAGEM LIVRE PARA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO.	R$ 50.000,00
LOTE VI	
UM VEÍCULO PARA CINCO PASSAGEIROS QUILOMETRAGEM LIVRE PARA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE.	R$ 40.000,00
LOTE VII	
UMA CAMINHONETE 4X4 ABERTA, QUILOMETRAGEM LIVRE PARA SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	R$ 50.000,00

LOTE VIII	
-UMA COMINHONETE 4X4 QUILOMETRAGEM LIVRE PARA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.	R$ 40.000,00
-UM COMINHÃO TRÊS QUARTO COM CAPACIDADE PARA 4.000KG QUILOMETRAGEM LIVRE PARA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	R$ 50.000,00
LOTE IX	
UM VEÍCULO TIPO 3X4 COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 4.000KG, PARA TRANSPORTE DIVERSOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS-PI	R$ 50.000,00
TOTAL	**R$ 505.000,00**

13. DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato/Nota de Empenho a Prefeitura, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

I - advertência;
II - multa de 0,6% ao dia sobre o valor do(s) serviço(s) por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, em que sem justa causa, não cumprir os prazos fixados no cronograma aprovado pela Prefeitura;
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no subitem anterior;
V - as sanções previstas nos subitens I, III e IV, deste item, poderão ser aplicadas juntamente com o subitem II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
VI - a sanção estabelecida no subitem IV, deste item, é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (anos) de sua aplicação.
VII - se o valor da multa não for recolhido pela contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente;
VIII - à licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato/receber a Nota de Empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, será

aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar a aceitar o Contrato/Nota de Empenho as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

14. DA RESCISÃO:

A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato, as hipóteses elencadas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A rescisão do presente Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I e II do art. 79 da Lei nº 8.666/93, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – O Contrato poderá ser rescindido, amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante.

SUBCLÁUSULA QUARTA – O Contrato poderá ser rescindido judicialmente nos termos da legislação processual vigente.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Fica, ainda, assegurado à Contratante, o direito de rescindir este contrato, independente de aviso extrajudicial ou interpolação judicial, nos casos seguintes:

a) atraso injustificado no fornecimento;
b) interrupção na entrega dos materiais sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
c) descumprimento de qualquer determinação da Contratante, feita em base contratual;
d) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da Contratante;
e) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela Contratante para acompanhar, na qualidade de fiscal, a entrega dos materiais;
f) cometimento reiterado de falhas causadas na execução do objeto;
g) para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento dos materiais efetivamente entregues, e devidamente aprovados até a da rescisão.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS :

15.1. É vedado à LICITANTE VENCEDORA:
a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

b) ceder ou transferir a terceiros o contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes sem anuência da CONTRATANTE.

c) interromper unilateralmente o serviço sob a alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos em que a Lei assim o permitir;

d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE.

15.2. A relação da CONTRATADA com a CONTRATANTE se restringe ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.

Currais, _____ de _____ de 2016.

Raimundo de Sousa Santos
Prefeita Municipal

ANEXO – II

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO - III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

----------, CPF n.º ----------, residente à Rua ----------, -----, -----, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Currais (PI), de março de 2016.

_____

_____

_____
(assinatura do declarante)

ANEXO - IV